



Carlos Antônio
Leite Brandão

Vestígios de uma utopia urbana

A construção de Belo Horizonte inspirou-se na idéia de ruptura com o passado e instauração da modernidade, princípio que se projetou no ordenamento urbanístico e arquitetônico da cidade e que ainda subsiste como promessa de uma *res publica* a ser conquistada.



E foi assim que, nos últimos anos da monarquia, foram aqui levantados em plena rua os sediciosos gritos de – Viva a República! – e não há muito, trocado o antigo nome de Curral d’El Rei pelo de Belo Horizonte, para apagar de vez tudo o que a trono cheirasse ou ao rei se referisse.¹

> Vestígios, e não ruínas, designam as marcas depositadas por um projeto de *res publica* que nunca conseguiu realizar-se plenamente em nosso país. Tais marcas confundem-se com as de uma modernidade nacional que encontrou no projeto da Cidade de Minas, futura Belo Horizonte, em fins do século XIX, condições favoráveis para se apresentar e, dentre outras coisas, pavimentar o caminho para o advento da Pampulha, de Brasília, e o de artistas e intelectuais modernistas capazes de dar relevância ao contexto local e nacional e conectá-lo com o resto do mundo. De modo tão orgânico, isso talvez só tenha ocorrido quando do movimento dos inconfidentes, na obra de Aleijadinho e em algumas iniciativas isoladas, como a de Teófilo Ottoni (1808-1869) no Vale do Mucuri.

O espaço da nova capital do Estado veio oferecer as condições para que as utopias vingassem. Ele é tanto o produto quanto o instrumento de invenção do modernismo em nosso país, de seu posterior desenvolvimento e reprodução. É Belo Horizonte que fará, por exemplo, o prefeito e o governador Juscelino Kubitschek, e não o contrário. Antes de JK construir a cidade, a cidade o forma. A modernidade e a vanguarda do espaço físico e mental belo-horizontino geram Juscelino, antes que a ousadia de seu pensamento acrescentasse novos aspectos e perspectivas e reavivasse os valores embutidos na fundação de BH.

Os vestígios procurados nesta investigação são aqueles inscritos no plano material, construtivo e visível da cidade, pois uma das marcas da

modernidade belo-horizontina é a imposição desse plano sobre o verbal e sobre a oralidade.² São vestígios de uma imaginação “utópica”, ou seja, situada no prolongamento do real rumo ao que ainda não existe, mas que já imprime seu desenho sobre a matéria e introduz uma fissura na realidade e na tradição existentes. A utopia da república, como toda utopia, exige uma referência física e um sistema de coordenadas espaço-temporais para ser descrita e desenhada. Fruto dessa exigência, Belo Horizonte serviu para que esse imaginário republicano saísse de uma latência indefinida para adentrar-se na história, operasse o espaço físico e mental e ajustasse amplamente a *polis à res publica* pretendida. Ela tensionou todo o país, e não apenas Minas Gerais, para o futuro e erigiu-se como símbolo de uma idéia tanto de república quanto de modernidade:

Mal raiou nos indecisos horizontes do Brasil o majestoso dilúculo de 15 de novembro de 1889, com a proclamação da República, e a grande idéia de Minas seguiu-lhe as cintilações luminosas, [...] todos sabiam que havia soado a hora da nossa partida em ascensão para novos e mais belos destinos.³

Advertidos do vício de as elites mineiras só reconhecerem as utopias conservadoras do passado, agarrando-se a projetos de 100 ou 200 anos atrás, cumpre-nos identificar os vestígios ainda presentes dessa idéia para verificar em que medida eles nos servem para pautar a difícil construção, ainda em curso, de uma verdadeira república em nosso país⁴ – mesmo que tenha passado o tempo das grandes sínteses, dos grandes planos e das utopias “fortes”, como o do início de Belo Horizonte, e que costumam, hoje, deslizar para a incompreensão do Outro e para o totalitarismo.

Assim como Brasília, a escolha da localização da nova capital justifica-se pela necessidade de “tomar posse”

de um território e estruturar em torno de um centro as diversas regiões do país e do Estado, os vilarejos, os engenhos e as fazendas dispersas e isoladas na vasta província.⁵ “Ao poder dispersivo da existência rural com sua falta absoluta de densidade demográfica, a nossa capital opõe a sua grande força de expansão urbana”, já verificava Martins de Almeida quando de seus primórdios.⁶ São muitas as razões pelas quais a nova capital veio a situar-se no lugar do antigo arraial do Curral d’El Rei. Uma delas é a de que seria impossível ela vingar neste sítio e que seu projeto se demonstrasse irrealizável – tal como o da Nova Filadélfia, de Teófilo Ottoni – mantendo-se o centro de poder nos lugares em que permaneciam referenciadas as elites familiares que vinham ditando os rumos da província:

Segundo era voz corrente naqueles dias e ainda o é hoje, fora mesmo essa expectativa dos contrários à mudança que dera ganho de causa a Belo Horizonte, pois todos acreditavam que em um arraial tão pobre, sem estrada de ferro, desprovido de tudo, seria materialmente impossível realizar-se o gigantesco empreendimento dentro do angusto prazo estabelecido, o que não aconteceria se se houvesse escolhido Várzea do Marçal. E pensavam eles que, nessa emergência, esgotados os quatro anos sem que a capital estivesse construída, o governo teria que se render à evidência material dos fatos e os ouro-pretanos estariam vencedores [...] Afirma-se mesmo que fora essa a razão pela qual os congressistas partidários de Ouro Preto votaram por Belo Horizonte.⁷

Confirma-nos Salomão de Vasconcellos em suas lembranças de Belo Horizonte entre 1898 e 1901, que ela era “cidade indecisa, marasmática, sem vida própria, que ninguém acreditava fosse adiante”.⁸ Bastaria isso para já selar na fundação de Belo

Horizonte o registro épico da utopia, da vanguarda, da promessa emancipatória, da vitória sobre o impossível, da transformação do real e da ficção, sobretudo a ficção de se alcançar uma sociedade mais avançada que a do tempo e do espaço do restante do país e condizente com as esperanças depositadas na república. Belo Horizonte é, menos que produto, o artifício da invenção de uma república brasileira.

Polis fragmentada

Hoje, é impossível um texto unificado sobre as metrópoles, pois nelas esgarçou-se a *polis* que conferia unidade à cidade e atava o destino dela ao de seus cidadãos. A metrópole fragmentou-se em vários subsistemas e centralidades móveis e dispersas que não admitem mais um texto e uma síntese: frente a esse sistema policêntrico, as letras experimentam sua precariedade para nomear um todo homogêneo e atingir sua totalidade. Assim como são várias as modernidades que constituem Belo Horizonte – a de Niemeyer na Pampulha (1942), a do ecletismo dos prédios da Praça da Liberdade, a do *art déco* futurista do Cine Brasil (1932), a da assimetria da sua prefeitura (1935) e a do agrupamento dos edifícios que circunscrevem a Praça Sete de Setembro, no coração da cidade, ou margeiam a avenida Afonso Pena⁹ –, também são vários os níveis de utopia com a qual a república foi pensada entre nós: eles cortejam desde a república positivista e secular do projeto de Aarão Reis para a Cidade de Minas até a “república da amizade” configurada nos livros de Eduardo Frieiro, Cyro dos Anjos, Fernando Sabino e na música do Clube da Esquina. Há até a república de fantasmas que vieram a frequentar seus espaços públicos – a exemplo dos bairros da Serra e da Lagoinha – como se fossem credores de cidades abandonadas, em troca do progresso e da importação de valores, pessoas e materiais: “Onde houver clareza, converta-se em

fraca luz de crepúsculo, para que as coisas se tornem indefinidas e possamos gerar nossos fantasmas. Seria uma fórmula para nos conciliarmos com o mundo”, escreve Cyro dos Anjos.¹⁰

Além disso, se a república, a modernidade e o progresso compuseram a “voz do ferro”, como José Murilo de Carvalho qualifica o século XX mineiro e, portanto, a utopia que conduziu o projeto da nova capital e sua ardorosa defesa pelo Clube Republicano belo-horizontino, essa voz teve a quebrantá-la as neblinas de um passado mítico e da nostalgia de cidades, terras e tempos deixados para trás. A positividade da república e do modernismo e a negatividade das lembranças e do devaneio compuseram a hóstia da qual ainda se alimenta a vida e a produção artística e cultural de Belo Horizonte, seu permanente caráter excêntrico e oblíquo – “A cidade oblíqua / Depois de dançar os trabalhos do dia / Faz muito que dormiu”¹¹ –, como se estivéssemos sempre a habitar um lugar provisório e entrincheirado entre o espanto e o tédio, entre a metrópole e o arraial, entre a modernidade do automóvel e a lírica do desejo e da saudade, sempre excessivos. Por isso, Belo Horizonte foi tanto a primeira cidade da república quanto também “a única e talvez derradeira poesia da República, cidade do azul, terra do firmamento, miradouro dos céus, abre-sol védico dos desejos espirituais [...]”.¹² Entre nós, a aposta no modernismo sempre foi acompanhada da desconfiança, da consciência crítica quanto a ele e da sua transfiguração pelas recordações e fantasias. Aqui, portanto, o moderno e o pós-moderno, entendido este como a consciência crítica daquele, são inseparáveis.

A *polis* reconstituiu-se no século XII como promessa de emancipação e lugar da liberdade e do diálogo, opondo-se ao fechamento do feudo medieval. De modo análogo, também esta foi a promessa visada no sítio ao pé da Serra do Curral. Os vestígios que procuramos são

os que podem nos servir para a constituição de uma república aberta e em que os valores da solidariedade, do respeito ao diferente e do bem comum se sobrepõem aos emanados da esfera privada. Não nos interessam os emblemas da república figurados em ornamentos, esculturas e estátuas, como os que vemos, ainda hoje, aplicados nas fachadas dos edifícios ao longo da rua dos Caetés, da rua Oiapoque, no Palácio do Governo na Praça da Liberdade, no prédio da Imprensa Oficial, nos grupos escolares e em monumentos que, hoje, passam despercebidos entre os arranha-céus e as formas reluzentes de aço, concreto e vidro.

Tais emblemas remontam a uma república entendida como regime de governo em substituição à monarquia, mas são por demais axiomáticos e oficiais para dar a ver uma *res publica* cívica, dotada de valores capazes de promover a vida pública, a liberdade, o convívio e as leis com que imantar uma comunidade; tampouco promover o encontro entre os diferentes e o compartilhamento de uma origem e de um destino comuns por meio dos quais uma sociedade distingue-se da massa e dá-se um projeto autônomo, refletido e assumido como algo a ser construído por ela e para ela. Esses emblemas conformam um cenário urbano atravessado por referências à república recém-implantada no país e servem para divulgá-la, o que é importante. Mas nosso estudo se volta para uma retórica antes profunda que superficial: reconhecer as formas dessa república nos modos de pensar, de construir e de usar a cidade e seus edifícios, e não nos pretextos decorativos e de propaganda por ela oferecidos.

O simples fato de ser desenhada, projetada e planejada faz de Belo Horizonte uma cidade lançada como ideal civilizatório e ordenador para a república e para a modernidade brasileiras. Projetar é o instrumento pelo qual desenhamos o nosso futuro e o colocamos em nossas próprias mãos, precavendo-nos contra as insídias do acaso, da falta de coesão e do

particularismo que dissolvem uma comunidade. No Rio de Janeiro, como se lê em Machado de Assis, a república era vista em continuidade com o espaço físico e social do período monárquico passado. Em Brasília, como emblematizado no plano de Lúcio Costa, a modernidade virá do futuro, com as imagens de um avião que pousa no Planalto Central para assinalar, como uma cruz, a posse desse novo território no coração do Brasil. Belo Horizonte estabelece uma terceira forma de fundar a república em nosso país: como negação do passado colonial representado pela antiga capital, Ouro Preto; como alternativa ao Brasil agrário e rural do século XIX e como contraposição ao contexto preexistente. Ouro Preto, diz Rui Barbosa,

[...] representa o coração da terra, as entranhas do trabalho, da vida e do sofrimento. Belo Horizonte, os céus, a vitória, a conquista, a coroa da jornada humana, a alegria de viver na contemplação inenarrável do universo, o êxtase da admiração ante as maravilhas da obra divina, colhidas no relance de um olhar que se mergulha pela extensão sem plagas do azul.¹³

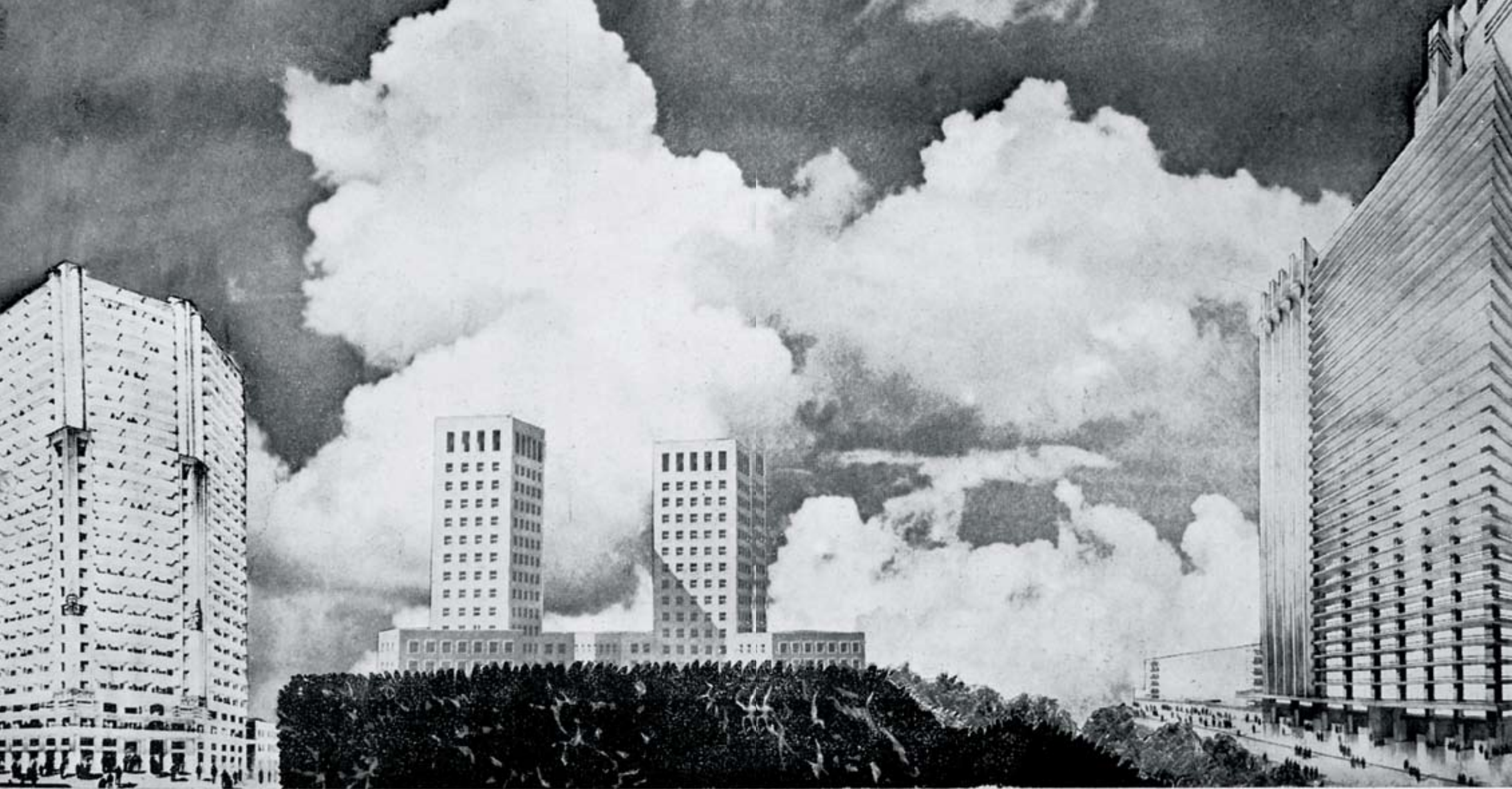
A metafísica que conduz o imaginário da Cidade de Minas e sua república é a do não, a do inconformismo, a do céu, a do horizonte e a da utopia crítica que tanto assombrou Olavo Bilac, João do Rio e Mário de Andrade. Eles sentiram o absurdo contraste surrealista estabelecido pelas largas avenidas por onde trafegavam os carros velozes e pelo andar lento de habitantes e carroças que salpicavam a paisagem composta entre as nuvens de pó das ruas e construções e o mar azul do céu: “Poeirópolis, Belo-Horizontem”, termos de Salomão de Vasconcellos e de Rubem Braga para a nova cidade, na qual sensações desconstruídas são capturadas na rede de uma sensibilidade primitiva, quase mítica. Em Belo Horizonte vai-se mancando: “[...] uma perna bate com dureza no piso presente; a outra procura um apoio nas pedras antigas”.¹⁴

Dizer não ao passado colonial implicava recusar uma evolução natural e espontânea com a qual era pensado o progresso da urbe e da sociedade; significava desenhar a história, dar um salto frente ao passado e fazer do presente e do futuro algo que não poderia ser deduzido das condições preexistentes ou dos homens tais como eles eram. Delineado pela república, o projeto de Belo Horizonte nasce para lançar as novas condições dos cidadãos e do país, tais como eles deveriam ser, dentro de um ideal de nova civilidade, urbanidade, cosmopolitismo e ordem. Esse ideal de ordem e cosmopolitismo é o princípio da vanguarda local, tanto artística quanto política. Por isso, há extrema simpatia entre o positivismo de Aarão Reis e a revolução arquitetônica, cultural e econômica promovida depois por JK, por Niemeyer e pela intelectualidade da nova capital.

O público e o privado

Nuançar as condições topográficas para impor a ordem da razão e da geometria no traçado em xadrez projetado por Aarão Reis integra a retórica que alimenta aquele ideal. Se em Ouro Preto as igrejas e seus adros compassam a morfologia da cidade e imantam os centros simbólicos do poder, em Belo Horizonte essa proeminência é dada às ruas, aos edifícios públicos e às praças e parques cívicos, como a Praça Sete de Setembro, a Praça Raul Soares e o Parque Municipal. Não são os edifícios em si mesmos, mas o espaço entre eles, o que configurou o caráter da nova capital. A gênese de sua forma não se deixou resultar de forças aparentemente impessoais, casuísticas e privadas, contudo documenta como o poder coletivo e público serviu para gerar projetos e construir em função do todo e da permanência, ao contrário do que se verifica atualmente.

A república de Belo Horizonte se queria secular e laica, concebeu a natureza como objeto cultural e fez



BELO HORIZONTE CRESCER PARA O ALTO

Nesta foto-montagem de Francisco Fernandes vemos um aspecto do que deverá ser em breve a Avenida Afonso Pena, no coração de Belo Horizonte. A esquerda, vemos o edifício Acaiaca, em construção, projeto do arquiteto Luiz Pinto Coelho; ao centro, o edifício Sulacap-Sul America, quase já concluído; e a direita o ante-projeto do arquiteto O. Roscoe para o edifício Portugal.

do porvir um projeto da razão e da vontade humanas, da utopia de se ordenar e projetar a sociedade, a cidade e o futuro – com régua e compasso. Como nas vanguardas da arte do início do século XX – Ozenfant, Le Corbusier e Mondrian, dentre outros –, Belo Horizonte se fez como artifício, produto do espírito – “erechteion da espiritualidade”, dizia João do Rio – e da razão, e não da natureza e da emulação dos sentidos.¹⁵

O espírito ordena a natureza, o desenho substitui o destino, o planejamento enfrenta o acaso e a contingência, as forças da *virtú* e do engenho, ainda que brutas, se impõem frente às contingências da *fortuna*, o todo planejado no interior da avenida do Contorno disciplina as manifestações do privado e da oligarquia das famílias tradicionais, dentro do possível. O conjunto da nova capital, e não os casarões e palacetes, tem primazia, ao contrário do que preponderou no século XIX mineiro, onde as casas privadas acabavam determinando a disposição da malha urbana. Entre o público e o particular, busca-se estabelecer uma demarcação e uma medida justa, de forma a não inverter a hierarquia simbólica que tem na celebração do mundo público e do Estado, por meio dos seus edifícios e espaços, o vértice e o foco que polarizam visualmente a cidade, como o Palácio da Liberdade e a Praça da Estação Ferroviária (1922). Apresentando-se como convém a essa hierarquia republicana, as edificações carregam em si o decoro e a medida compatíveis com sua significação social. Daí emerge a dignidade “moderada das pompas republicanas”,¹⁶ da urbe pensada, medida e meditada, sua economia e concisão, a prescindir do excesso de ornamentos, tal como na escrita dos romances de Cyro dos Anjos, dos poemas de Drummond ou dos contos de Murilo Rubião:

Podia-se notar ainda as tentativas de um estilo nítido – seria propriamente estilo ou a abolição consciente e útil dessa coisa? – linhas cruas

e secas, [...] tudo geometricamente simples. Brotava uma nova literatura arquitetônica. Os revolucionários como Le Corbusier, da casa-máquina de morar, desprezavam a fachada pela fachada, tal a usada história da arte pela arte.¹⁷

A posição e a extensão do Parque Municipal, hoje reduzido a um quarto de seu tamanho original, também comprovam essa proeminência do público dentro do sistema geral regulador. A ordem do desenho traçado no projeto inaugural é metáfora de uma república onde a lei e o bem comum determinam o devir da cidade e dessa república pensadas para o país. O mesmo princípio comanda as tipologias das residências previstas pela Comissão Construtora da Nova Capital, ciosa de preservar uma unidade geral que não fosse aviltada pelos palacetes privados. Não se pode criticar essa objetividade técnica e funcional do pensamento positivista que regulou a nova capital: no seu tempo, quando as promessas emancipatórias eram depositadas na ciência e na razão, ela era revolucionária, uma vez que a retórica da técnica e da funcionalidade eram as estratégias para enfrentar a oligarquia, o passado e a simbólica que legitimava o poder e os privilégios de uma classe dominante e de um coronelismo ainda assentados na estrutura rural e agrária. A nova objetividade introduzia uma dimensão cívica e cosmopolita sobre a herança das famílias, das ordens e das associações religiosas e avalizava o sucesso de um futuro, ainda que utópico, de dimensões amplas e proporcionais às das largas avenidas, de até 50 metros, então desenhadas.

A cidade remanescente, mesmo a colonial, era gerada, basicamente, a partir dos edifícios. Não é que ela não tivesse qualquer planejamento, como costuma ser propalado. O decoro e a hierarquia visual com que são dispostos os prédios no assentamento urbano, como em Ouro Preto e Mariana, e o cuidado com as obras de infraestrutura mostram como tais cidades iam bem mais além

do casuísmo que uma abordagem romântica costuma lhes conferir. Contudo, elas tinham, ao menos no Oitocentos, o privado como as células de sua vida pública, e é justamente com isso que a nova capital vem romper.¹⁸

Belo Horizonte é projetada a partir das ruas e do Parque Municipal, onde seu engenheiro-chefe tinha uma chácara. Aarão Reis desenha um sistema de ruas horizontais e verticais que se cruzam ortogonalmente e se equilibram, tal como horizontais e verticais equilibram-se na fachada do edifício Chagas Dória (1934). Duas grandes avenidas diagonais, lançadas a 45º sobre esse traçado, cortam e dinamizam o sistema, tal como o movimento do bispo sobre o tabuleiro de xadrez. Isso não apenas quebra a rigidez e a monotonia das quadras, como cria, no interior delas, mudanças de rotas, novas perspectivas, percursos e modos transversais de se viver e mover-se na cidade. Tais pontos de mudança materializam-se nas esquinas.

Lugares do encontro

Belo Horizonte é a cidade das esquinas. Edifícios tais como o da Chapelaria Londres (1921), o Aurélio Lobo (1928), o Colégio Arnaldo, o Lutetia (1939), o Minas Tênis Clube (1940), o Cine Brasil, o Chagas Dória e tantos outros exemplificam como essas esquinas foram valorizadas e entendidas enquanto marcos e focos urbanos a ritmar a paisagem da cidade e seu cotidiano. A própria Serra do Curral, ao demarcar o interior e o exterior da urbe na geografia local, funciona como a esquina de Belo Horizonte com o resto do mundo e é para ela que se dirige a perspectiva de sua maior avenida. A seus pés, Belo Horizonte continua a desenvolver-se como a esquina entre o litoral e o sertão, entre o cosmopolitismo do Rio de Janeiro e de São Paulo e a obscuridade do planalto e do cerrado, como a conciliar seus traços na face bifronte de nossa nação e nossa modernidade.

A esquina é o ponto de encontro, por excelência, das ruas e das pessoas. Nelas, uma nova perspectiva e um novo caminho são propostos como alternativas de percurso e como possibilidade de mudança, divergência e confluência de rotas. Nelas, nos deparamos com o outro, repentinamente. Nelas, detém-se, conversa-se e se bebe, como ocorria no Café Maciel (esquina das ruas Bahia com Goitacazes, ponto predileto de estudantes e políticos) ou no Bar do Ponto (esquina da Afonso Pena com Bahia). Nelas, o movimento horizontal cotidiano interrompe-se, verticaliza-se e insinua um rito, que a arquitetura a ele atento tende a celebrar através de uma cúpula, de um detalhe decorativo ou de um agudo senso de composição, como nos prédios citados anteriormente. Tal como praças e parques, essas esquinas servem como espaços em miniatura do conagraçamento cívico. Com os prédios nelas situados aprendemos lições de um pensamento republicano onde as partes e os edifícios são desenhados não apenas para abrigar as necessidades intrínsecas que os motivam, mas – ao contrário do que vemos em bairros recentes, como o Belvedere e o Burity – para compor também o todo da cidade, pensada como construção e obra de arte coletiva para a qual devemos direcionar o melhor de nossos esforços.

Lugar de encontro e de possibilidades inesperadas, a esquina é também metáfora da relação de Belo Horizonte com as outras partes de Minas. Povoadas por imigrantes de várias regiões e culturas de um Estado tão vário – afinal, as “Minas são muitas” e seu nome é plural –, Belo Horizonte serviu como cadinho, *meltingpot*, em que essas partes negociaram entre si, fundiram-se e combinaram-se, até fazer emergir novas sínteses e articulações transespaciais, transculturais e transtemporais. A nova capital coroa o afã de polifonia, hibridação e conciliação – *concordia discors* – a que tende a *forma mentis* de Minas, e que foi preciosa em vários momentos críticos da política em nosso país, como o emblemático na trajetória e na figura de Tancredo Neves.

Nisso, a república pensada para a nova capital reedita, em bases outras, o ambiente do século XVIII mineiro e o imaginário republicano em que se moveram os inconfindentes. Não bastasse essa confluência de várias regiões do Estado – as quais traziam também as de outras regiões do país, como Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Goiás e Pará, terra natal de Aarão Reis –, também para cá vieram culturas de outros países, como a dos italianos, que forneceram mão-de-obra não especializada até a terceira década do século e depois puntificaram no mundo da arte e da técnica, como na arquitetura, nas artes plásticas, nas construtoras, na indústria, no comércio e nos esportes. No fundo, todos que aqui habitavam eram, de alguma forma, igualmente estrangeiros, independentemente de terem imigrado de outras regiões da província, do país ou do mundo.

As próprias designações das ruas horizontais e verticais de seu traçado em xadrez – oriundas dos nomes das várias unidades da Federação, das tribos indígenas, dos inconfindentes, das cidades e dos minerais do Estado – traduzem o paradigma de Belo Horizonte como local da confluência, do encontro e da conciliação almejada para congregar as partes em que se dividia a nação brasileira, para absorver várias culturas de Minas Gerais e do mundo. Assim também, para colocar, lado a lado, os tempos do futuro que anunciam o progresso e as heranças de origem africana, mulata e indígena – tal como as expressionistas torres de vidro que se elevam sobre as faces dos índios esculpidas na fachada do Edifício Acaiaca (1943).¹⁹

Essa evocação de uma república transcultural, transtemporal e intergeracional ressoa tanto nos novos acordes e harmonias das músicas do Clube da Esquina – nos quais se fundem várias influências que vão do pop e do jazz aos lundus, às modinhas e sambas, à bossa nova e outras expressões do cancionário popular, ao congado e demais manifestações do folclore regional – quanto nos instrumentos de cabaça e de fragmentos do

mundo industrial, que se imprimem cosmicamente nas composições do Grupo Uakti.

Essa república repercutiu também na literatura, ao fazer a travessia entre o local e o universal, como está explicitado nas obras de Guimarães Rosa e Carlos Drummond de Andrade. Ela serve, ainda hoje, para conformar um pensamento e um ideário “mestiços”, nos quais se concebem o balé do Grupo Corpo, os figurinos de Ronaldo Fraga e o teatro do Grupo Galpão – onde se encontram Shakespeare e o sertão, Molière e Machado de Assis, Italo Calvino e a Sagrada Escritura.

Nos cruzamentos de Belo Horizonte, várias tradições, culturas e tempos se encontram, transformam-se reciprocamente e são reescritos. A própria idéia de república tem sido rearranjada por alguns de seus pesquisadores nessa esquina metafórica onde, por exemplo, nossa tradição se encontra com as tradições renascentista, francesa e anglo-americana. Nesta pesquisa, nossos dilemas do presente são investigados *vis-à-vis* as utopias de Teófilo Ottoni, João Pinheiro, JK e os oriundos da antiga Escola de Minas de Ouro Preto. O papel em que se reescreve nossa filosofia política é um palimpsesto onde se depositam várias camadas de tempos, universos e correntes de pensamento. Assim, o que melhor define o traçado de Belo Horizonte é a transversalidade de percursos, por meio da qual as demarcações entre o passado e o presente, entre a fantasia e a realidade, entre o devaneio e o trabalho, entre o gênio e a loucura, entre a burocracia e a boêmia, entre o peso dos coques e a imaterialidade das neblinas se vêem dissolvidas e permeiam todo o espaço real, simbólico e imaginário.

Contexto e totalidade

De forma breve, traduzimos a noção de “república” para o mundo da arquitetura e do planejamento urbano

como sendo o critério que nos leva a conceber os edifícios em sua relação com o contexto e a totalidade a qual se referem, tanto quanto ou mais do que a função arquitetônica a eles atribuída. Não há melhor exemplo disso do que o Edifício Sulacap/Sulamérica, situado na esquina da avenida Afonso Pena com a rua da Bahia (1941), projetado e executado por um arquiteto e uma construtora sediada em Juiz de Fora, ambos de origem italiana. Angulando-se com as duas vias que se cortam a 45°, o prédio é pensado como ligação entre o centro, o viaduto de Santa Teresa (1928) e o bairro da Floresta. Essa ligação foi providenciada pelo portal que define o seu eixo de simetria, enquadra visualmente o conjunto da cidade e liga o bairro com a artéria principal e o hipercentro da urbe. Contribuía para isso a antiga Praça dos Correios, que nos foi usurpada pela apropriação imobiliária particular em conluio com o Poder Público.

Também o projeto das secretarias da Praça da Liberdade (em torno de 1929) conteve uma carga decorativa particular para permitir a ênfase na unidade conformadora do conjunto. Da mesma forma é pensado o Edifício Mariana (década de 1930). Mesmo os pequenos edifícios, como o da Chapelaria Londres e o Thibau (1943), cuidam de dar forma ao espaço urbano e servir de referência aos transeuntes como parte integrante do tecido das ruas e avenidas em que se inserem. Assim como os habitantes oriundos de várias culturas, temporalidades e regiões – de dentro e de fora do Estado e do país – foram induzidos a estabelecer pactos sociais independentemente dos chefes e famílias tradicionais a que antes eram ligados, a arquitetura da nova capital formou-se da negociação entre suas partes e da conquista de um acordo entre seus edifícios e territórios, como se vê no diálogo entre o Sulacap/Sulamérica e o viaduto de Santa Teresa.

Esse acordo foi construído de modo independente dos espaços do sagrado e, mesmo, dos estatais, como

se verifica no afastamento das igrejas de São José e da Boa Viagem em relação às vias urbanas onde se localizam. Dentro da república laica e cívica, onde todos são iguais perante a lei e compartilham a mesma linguagem, o mesmo destino e a mesma história, é possível o diálogo e a negociação entre as partes. Da permanência de ambos – diálogo e negociação – emerge a racionalidade do todo. Também, ao menos na mentalidade que preside a construção da nova capital, os edifícios são concebidos a partir desse intercâmbio com o outro, com o contexto preexistente e com a conformação urbana maior a que servem. Da mesma forma, as galerias – lugar do intercâmbio e da ligação – que cortam transversalmente a cidade oferecem percursos alternativos e não previstos dentro da cidade planejada: Galeria do Ouvidor, a da Praça Sete e a do Edifício Arcângelo Maletta.

Caminhando por essas galerias, percebemos uma miríade de ofícios que compõe a *polis*, com suas possibilidades e atividades as mais diversas, dentre as quais nos exercitamos na escolha e na liberdade. Nelas, ao contrário dos shoppings atuais, descortina-se a cidade que não é feita de um pensamento único, mas de uma linguagem que se estrutura, compartilha e se abre para vários usos, falas e rearticulações, com a constituição e o dinamismo de uma *res publica* viva.

A razão da república alimenta-se não apenas do diálogo entre os vivos, mas também destes com os que os precederam e com os que os seguirão. Por ser também o lugar aberto ao diálogo com tempos outros, uma república se pensa para durar e para oferecer um sentido de permanência frente às mudanças, ao contingente e à existência efêmera dos indivíduos na cidade moderna. Em função desse longo prazo e da consciência dos esforços e recursos coletivos exigidos, seus prédios também almejam permanência, durabilidade e resistência ao uso, ao tempo e às intempéries. Só assim eles se tornam familiares,

ou seja, conformam um cosmo de referências, um *locus* de identidades supra-individuais nas quais encontramos nosso lugar e nossa função e um ambiente onde se torna possível iniciar os diálogos intra e intergeracionais.

A qualidade e o cuidado com as técnicas e os materiais construtivos empregados na maior parte dos prédios do começo da nova capital foram pensados nesse registro da durabilidade, de modo a oferecer uma permanência diante da mutabilidade e da contingência em que transcorrem nossas vidas. Basta que os comparemos com a rápida obsolescência formal e material das construções mais recentes para verificar a alta qualidade com que, por exemplo, era preparado o pó-de-pedra da fachada dos edifícios, trabalhados os entablamentos e embasamentos, definidas a estrutura e a proteção das janelas e portas. Inicialmente, a cidade foi pensada e construída como um substrato e meio comum para o desfile, apropriação e usos das gerações que se sucederiam e para a resistência ao tempo e às intempéries, de modo a não se consumir com eles e nem se reduzir a objeto de mero gozo imediato.

Desenvolvimento e expansão

Uma das razões que levaram o Legislativo mineiro, ao final do século XIX, a definir-se pela construção da nova capital – e não pela edificação de uma outra cidade anexa à antiga Ouro Preto, como também foi ventilado – foi a de que o sítio ao pé da Serra do Curral tinha “condições de desenvolver-se sempre, enaltecendo Minas e os seus foros de civilização”.²⁰ Belo Horizonte não foi pensada para ser estática, mas para expandir-se e refundar-se de tempos em tempos, como podemos verificar nas projeções do engenheiro Aarão Reis para as áreas situadas fora da linha da avenida do Contorno. Entre 1940 e 1945, à frente do poder municipal, Juscelino Kubitschek confirma e expande a tensão

de Belo Horizonte para o futuro e para a construção da república em nosso país, propósito explicitado no convite por ele feito a Niemeyer para projetar a Pampulha. Belo Horizonte serve-lhe como meio para sintonizar a nação com o mundo moderno e com a sociedade industrial urbanizada.

Belo Horizonte e Brasília são consangüíneas: de tons também utópicos, esse projeto se arrematará no Planalto Central, quando JK vier a exercer a Presidência da República.²¹ Misto de planificação e aventura, de realismo e fantasia, ele é concebido na esquina onde a imaginação visionária encontra o pragmatismo desenvolvimentista e se realiza em obras capazes de alterar os valores, os hábitos e a visão de mundo de uma sociedade de fortes heranças agrárias e conservadoras. Em Belo Horizonte, escreveu João do Rio em 1920, as coisas práticas são pensadas e feitas em azul, com magia e poesia. É essa a maneira de atuação própria de Juscelino. Com JK a cidade se fez, novamente, instrumento da vanguarda, da aposta no futuro e na construção de uma memória e de uma identidade coletivas, aposta essa que hoje evitamos. Belo Horizonte serviu, novamente, como laboratório irradiador de um projeto com que reinventar o país e dar ao movimento moderno uma nova conjugação. As curvas de Niemeyer na Casa do Baile e os painéis de Portinari na Igreja de São Francisco feriram um modernismo que então se estiolava em soluções burocráticas e fáceis, copiadas dos mestres internacionais, e inadequadas para promover a utopia, a autonomia e o futuro de uma nação ávida de identidade, de coesão e de inserção no panorama econômico, artístico e cultural do mundo.

Diz-se que Juscelino reinventa Belo Horizonte, quase 50 anos depois de ela ter sido fundada. Mais apropriado talvez seja dizer que ele a reescreve: o político diamantinense tem como método a reescritura do código genético nela depositado pelo projeto de Aarão Reis e que sobreviveu à descrença com que a

Vista de Belo Horizonte: Praça Sete com a marquise do Cine Brasil e o Brasil Palace Hotel, década de 1940. Autor desconhecido. BH – ALB - 8 – 044. Arquivo Museu Histórico Abílio Barreto, Belo Horizonte, MG.



nova capital foi vista, tal como descrita nas memórias de Salomão de Vasconcelos. Cinquenta anos após as gestões de Juscelino como prefeito e governador, talvez seja chegada a hora de uma nova reescritura e de uma nova reinvenção da metrópole mineira. Vivemos um momento de retração da esfera pública e de perda de identidade da *polis*, um momento em que se atrofia o bem comum como critério norteador das ações e da conformação física e mental da cidade, subordinada a pressões particularistas e corporativas cada vez mais fortes e pensada como um lugar de satisfação do gozo ilimitado e imediato. Vista assim, a cidade deixa de ser um projeto de construção cívica onde abrigar a memória e a identidade coletivas e onde construir um sentido de permanência, um futuro e uma origem compartilhados. E essa perda do valor simbólico da cidade vem ocorrendo em todo o restante do país.

Construção da república

Dentre os vestígios e utopias aqui identificados convém, portanto, destacar alguns que, por serem úteis à arquitetura e ao urbanismo, possam servir também à construção de uma autêntica república. É preciso, em primeiro lugar, recuperar a capacidade de concretizar projetos de nação e de espaço público em que o interesse das partes se subordine ao bem comum. É preciso projetar a cidade que queremos, e não maquiá-la aquela que as corporações e as forças privadas nos impõem. A propensão para o futuro e para a vanguarda é marca de Belo Horizonte e sugere a retomada dos riscos com que se realizou um projeto de tal envergadura. Perdemos a capacidade de correr riscos e prospectar, como a que demonstrou JK, pois, faltando-nos o “alhores” da utopia, limitamo-nos a reagir “contra”, a protestar, e a não mais projetar.

Todo movimento em direção ao futuro implica, simultaneamente, um movimento em direção ao

passado e a releitura deste. Como em Aarão Reis, isso significa, entre outras coisas, pensar os edifícios em função do conjunto da cidade, do uso que deles farão seus cidadãos e também como vínculo entre as gerações que nos precederam e as que nos sucederão. Isso requer dar-lhes resistência e perenidade e cuidar do espaço e do diálogo entre eles. É o espetáculo da cidade e daquilo que nela traduz o pensamento republicano o que deve comover o espírito, e não o dos edifícios isolados. O tecido urbano é metáfora e instrumento de coesão social; o diálogo que nele se processa é metáfora e instrumento das trocas entre cidadãos em regime de igualdade diante das leis comuns e do respeito ao diferente e ao dessemelhante. Nisso consiste a razão da *polis*. Cumpre harmonizar suas contradições, sem suprimi-las, de modo que as divisões internas sirvam à sua vitalidade, e não à sua corrupção. Se à retração do mundo e do poder públicos corresponde a retração do espaço público e institucional, uma boa estratégia para combatê-la seria reforçar e expandir os símbolos deste último, recuperando, por exemplo, a Praça dos Correios em frente ao Sulacap/Sulamérica e invertendo os processos que levaram à supressão de três quartos do Parque Municipal.

Na cidade, a liberdade é um valor preponderante. O regime servil surge justamente quando trocamos o valor da liberdade pelo da segurança, como nos feudos medievais. Recuperar o valor da liberdade significa fazer da cidade o lugar onde podemos desenvolver nossas potencialidades, enquanto indivíduos, cidadãos e comunidade. Isso se dá diante da multiplicidade de vidas e registros reais, imaginários e simbólicos que se encontram nas esquinas e diante dos quais escolhemos nossos caminhos e enriquecemos nossa experiência e saber. Num shopping, só nos encontramos com os iguais. É no mercado, nas esquinas e nas galerias que as diversas facetas da vida se apresentam como materiais com que pavimentar nossos caminhos de acesso ao

Aspectos de Brasília quando de sua inauguração, em 21 de abril de 1960. Numa das fotos, vê-se o presidente Juscelino Kubitschek examinando publicação com fotografias da nova capital. - Arquivo Fundação Israel Pinheiro - Fundo Israel Pinheiro/APM (comodato) IP - 1 - 3.



outro e a nós mesmos. Novas centralidades emergiram, como é próprio ao desenvolvimento histórico de uma cidade. É preciso identificar sua vocação e colocá-las em diálogo com os centros primitivos, pois se tratam de “lugares” a serem reconhecidos e promovidos. A reflexão sobre o possível e sobre o futuro da *polis* tem sido esquecida em nome de um pensamento supostamente urbanístico, mas que não é mais capaz de reconhecer, promover e desenhar os lugares de que a cidade é feita.

Convertida em metrópole, Belo Horizonte é policêntrica e não lhe é mais conveniente pretender alcançar uma síntese, como aquela desenhada por Aarão Reis ou a pretendida por JK, tanto quanto para Brasília. A metrópole é o lugar da impossibilidade de qualquer síntese e conclusão, e o transbordamento dos limites da avenida do Contorno o demonstra. Assim, é necessário pesquisar novas formas de pensar a cidade. Por exemplo, como um “sistema de subsistemas” ou uma rede de lugares e partes sobre os quais se deve atuar, projetar, conferir ou atualizar seu sentido potencial. Isso implica um olhar bem diferente, ou até mesmo contraposto, do de Aarão Reis ou de Juscelino: em vez de uma imagem final e total do espaço concebida por um mestre planejador, deveríamos visar à construção de uma linguagem acordada, compartilhada e comum, capaz de ser articulada pelos vários grupos de decisão em contextos específicos e em regime de co-autoria. Uma república se faz com leis públicas e justas, instituições que devem estar materializadas no visível urbano, capazes de regular as suas partes, de modo que essas possam dialogar, e não lutar entre si.

O que percebemos nos vestígios da fundação da nova capital e de sua reinvenção proposta 50 anos depois é a tentativa permanente de equilibrar a diversidade e a continuidade, os Lares e os Penates da vida metamórfica urbana. A chave para uma nova reinvenção da capital mineira estaria em equilibrar

as expressões espaciais dos seus vários lugares e subsistemas físicos e sociais com a expressão do público que os ordena dentro de uma república de tradições, leis e destinos comuns, sempre propensa a uma reinvenção permanente e sempre capaz de abrigar a utopia das vanguardas e a lírica das memórias e dos afetos. Enfim, a república laica e cívica é espaço mais da decisão e da ação humana do que da contemplação. Isso distingue Belo Horizonte da cidade colonial e do urbanismo francês aos moldes de Le Nôtre e Versailles e requer a intensa apropriação da cidade por seus habitantes, sem confundi-la com o lugar do gozo imediato e sem limites.

A *civitas* exige cuidado e demarcação entre o público e o privado, para que um não se veja permanentemente invadido pelo outro. *Polis* significa justamente a construção do limite demarcatório entre essas duas esferas, de modo a preservá-las, sem cair na corrupção do público pelo privado ou no totalitarismo da invasão do privado pelo público. A falta desse limite sobre o qual se funda uma verdadeira república é o que acarreta, por exemplo, a elevação dos muros, a difusão de cercas elétricas, a redução ao convívio com os iguais, a supressão do outro, o isolamento nos shoppings e a destruição da continuidade e do diálogo urbanos, seja entre os edifícios, seja entre os cidadãos. Parece em curso uma forma contemporânea de refeudalização que ameaça desinventar aquela que foi a maior criação do mundo moderno: a cidade, a qual se emblematiza na ágora, no mercado e na universidade – espaços do diálogo e da troca de mercadorias, saberes, idéias, culturas, valores, experiências, memórias e tempos.

É o cidadão, e não o indivíduo, a célula constituinte da república. Esse cidadão não se define dentro de uma democracia de massa, baseada mais na opinião do que na justiça e na virtude republicanas. Belo Horizonte é uma “cidade funcionária”, tal como funcionários

públicos eram aqueles que preponderaram em sua origem e que construíram o seu imaginário, como os escritores da geração modernista. A estratégia atual para se pensar Belo Horizonte seria a de, novamente, concebê-la como instrumento da invenção de um novo tempo e de uma república, ainda em vias de ser construída, para todo o país e de modo articulado com o restante do mundo. Esse modo é o último vestígio de sua fundação secular e cosmopolita aqui destacado, assim como e de sua reinvenção 50 anos atrás. Reescrever Belo Horizonte significa, mais uma vez, reinscrevê-la como uma das principais protagonistas desse projeto.

Notas |

1. De autoria do seu fundador e diretor, Padre Martins, este relato foi publicado no primeiro jornal local. Cf. DIAS, Padre Francisco Martins. Traços históricos e descritivos de Belo Horizonte. *Belo Horizonte*, Belo Horizonte, 2 fev. 1986, p. 1.
2. Cf. ÁVILA, Myriam. *O retrato na rua*: memórias e modernidade na cidade planejada. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 14.
3. BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte*: memória histórica e descritiva – *história antiga e história média*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996. p. 296-297.
4. Sobre a advertência mencionada, cf. DINIZ, Clélio Campolina. As utopias econômicas de Minas. In: ANDRÉS, Aparecida (Org.). *Utopias*: sentidos Minas margens. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1993. p. 126.
5. “Dos pontos estudados, Belo Horizonte era o que mais atendia ao espírito que presidiu à mudança: a criação de uma cidade importante e ao mesmo tempo central que, ligada à rede férrea de viação do Estado, poria este em contato com o oceano e o tornaria mais independente.” BARRETO. *Belo Horizonte*, p. 25.
6. ALMEIDA, Martins de. Sobre Belo Horizonte. In: MIRANDA, Wander Melo (Org.). *Belo Horizonte*: a cidade escrita. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996. p. 97.
7. BARRETO. *Belo Horizonte*: memória histórica e descritiva, p. 432.
8. E, em outro trecho, do mesmo autor: “É que, por aquela época, ninguém acreditava na permanência da Capital no arraial dos papudos.” VASCONCELLOS, Salomão de. Memórias de uma república de estudantes. In: ÁVILA. *O retrato na rua*, p. 26; e MIRANDA (Org.). *Belo Horizonte*: a cidade escrita, p. 93 e 95. Também poderíamos citar Avelino Fóscolo: “Quer que lhe diga? Palpita-me o coração que a Capital voltará ainda para Vila Rica.” FÓSCOLO, Avelino. In: MIRANDA (Org.). *Belo Horizonte*: a cidade escrita, p. 106.
9. “Aliás, havia casas que participavam de dois e três estilos. Outras, de nenhum.” ALPHONSUS, João. Totonio Pacheco (II) *apud* RIO, João do. No miradouro dos céus. In: MIRANDA (Org.). *Belo Horizonte*: a cidade escrita, p. 107.

10. ANJOS, Cyro dos. *O amanuense Belmiro*. Belo Horizonte: Garnier, 2002. p. 39. Sobre os fantasmas de Belo Horizonte, veja-se o trabalho desenvolvido pela profa. Heloísa Starling (UFMG) e seu grupo no *Projeto República*.

11. ANDRADE, Mário de. Noturno de Belo Horizonte (1924). In: _____. *Poesias completas*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1987. p. 178-179.

12. RIO. No miradouro dos céus, p. 104.

13. BARBOSA, Rui. Conferência de Belo Horizonte. *Apud* MIRANDA (Org.). *Belo Horizonte*: a cidade escrita, p. 20.

14. CAMPOS, Paulo Mendes. Belo Horizonte. In: MIRANDA (Org.). *Belo Horizonte*: a cidade escrita, p. 182.

15. Cf. RIO. No miradouro dos céus, p. 102.

16. A citação de Drummond às “pompos republicanas: moderadas” encontra-se no poema A Visita do Rei. Cf. ANDRADE, Carlos Drummond de. *Esquecer para lembrar*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1979.

17. ALPHONSUS. Totonio Pacheco, p. 107.

18. Cf. ALMEIDA. Sobre Belo Horizonte, p. 97.

19. Saliente-se que os nomes dados originalmente às ruas de BH pelo seu engenheiro-chefe eram “de cidade, rios, montanhas, datas históricas e nomes de alguns cidadãos credores de serviços ao povo. Portanto, as outras denominações de minerais, pedras preciosas e tribos indígenas, que figuram na planta, foram acrescentadas posteriormete (*sic*).” BARRETO. *Belo Horizonte*: memória histórica e descritiva, p. 253.

20. BARRETO. *Belo Horizonte*: memória histórica e descritiva, p. 305.

21. O caráter utópico e desafiador do parentesco entre as duas cidades vislumbra-se nas vicissitudes que levaram à construção de Belo Horizonte: “A maioria, porém, refletindo sobre o vulto imenso do empreendimento a realizar, não acreditou na sua viabilidade e concluiu pessimistamente que a deliberação do Legislativo mineiro ficaria dormindo infinitamente nas páginas da nossa Constituição, como ficou na Constituição Federal o dispositivo que estabeleceu a mudança da capital da República para o planalto central de Goiás [...]” BARRETO. *Belo Horizonte*: memória histórica e descritiva, p. 23.

Nota do Autor - Este artigo, escrito em julho de 2008, integra nossa produção na pesquisa *Arquitetura, Humanismo e República*, desenvolvida junto ao CNPq. Ao arquiteto Carlos Noronha, que há muito tempo presenteou-me com o livro de Abílio de Barreto e com quem estive lado a lado defendendo o decoro republicano da Praça Sete, contra interesses pouco cívicos que acabaram vingando, ele é dedicado.

Carlos Antônio Leite Brandão é professor de história e teoria da arquitetura na Universidade Federal de Minas Gerais e diretor-presidente do Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares da UFMG, onde se graduou em arquitetura e concluiu mestrado e doutorado em filosofia. Junto ao CNPq, desenvolve, atualmente, a pesquisa *Arquitetura, Humanismo e República*. Dentre suas publicações destacam-se três livros: *A formação do homem moderno vista através da arquitetura* (Editora UFMG, 1999), *Quid Tum? O combate da arte em Leon Battista Alberti* (Editora UFMG, 2000) e *As cidades da cidade* (Editora UFMG, 2006).